

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 10320.001232/96-13  
Recurso nº : 119.364  
Matéria : IRPJ e OUTROS – EXS.: 1993 a 1995  
Recorrente : LUIS ANTÔNIO DE NORONHA (FIRMA MERCANTIL INDIVIDUAL)  
Recorrida : DRJ em FORTALEZA/CE.  
Sessão de : 19 DE AGOSTO DE 1999  
Acórdão nº : 105-12. 913

**RECURSO INTEMPESTIVO - PEREMPÇÃO** - Não se conhece de recurso voluntário, interposto após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, seguintes à ciência da decisão proferida pela autoridade julgadora em primeira instância, conforme previsto no *caput* do art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por LUIS ANTÔNIO DE NORONHA. (FIRMA MERCANTIL INDIVIDUAL)

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por ser intempestivo, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Declarou-se impedido o Conselheiro Luis Gonzaga Medeiros Nóbrega.

  
VERINALDO HENRIQUE DA SILVA.

PRESIDENTE

  
NILTON PÊSS.  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 21 SET 1999

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo Nº. : 10320.001232/96-13  
Acórdão Nº. : 105-12.913

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JOSÉ CARLOS PASSUELLO, ALBERTO ZOUVI (Suplente convocado) e IVO DE LIMA BARBOZA. Ausentes os Conselheiros ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO e AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo Nº. : 10320.001232/96-13

Acórdão Nº. : 105-12.913

Recurso Nº. : 119.364

Recorrente : LUIS ANTÔNIO DE NORONHA (FIRMA MERCANTIL INDIVIDUAL)

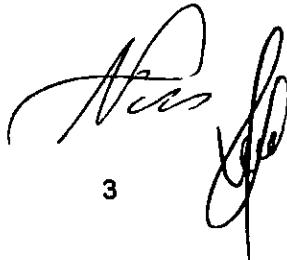
**R E L A T O R I O**

O contribuinte pessoa jurídica, LUIS ANTONIO DE NORONHA., firma mercantil individual, inscrito no CGC/MF sob nº 06.271.811/0001-03, teve contra si lavrados Autos de Infração referentes a Imposto de Renda Pessoa Jurídica (fls. 03/48), Imposto de Renda Retido na Fonte (fls. 49/65) e Contribuição Social (fls. 66/77), originados em ação fiscal, quando após devidamente intimado, não logrou comprovar a entrega das declarações de rendimentos do IRPJ, referentes aos anos calendários de 1993 a 1995, tendo em consequência, seus lucros sido arbitrados.

Cientificado da autuação em data de 26/09/96, o contribuinte apresenta, em 29/10/96 (fls. 246/249), impugnação aos lançamentos, alegando dispor dos livros fiscais e contábeis exigidos pela legislação, todos eles localizados e atualizados, estando em condições de realizar a apuração do lucro real dos exercícios fiscalizados.

A autoridade julgadora monocrática, através da decisão nº 968/97 (fls. 300/307), considera o lançamento procedente em parte, reduzindo para 75% o percentual da multa de ofício lançada, por aplicação retroativa e benigna do artigo 44 da Lei nº 9.430/96.

Registra ter sido a impugnação apresentada tempestivamente, pois a ciência do lançamento deu-se dia 26/09/96 (sexta-feira), tendo sido o dia 28/10/96, ponto facultativo nas repartições públicas federais, e o protocolo da impugnação deu-se em data de 29/10/96.



A handwritten signature in black ink, appearing to read "ACAS". Below the signature, the number "3" is handwritten.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo Nº. : 10320.001232/96-13  
Acórdão Nº. : 105-12.913

Da decisão supra referida, o contribuinte é devidamente intimado, recebendo cópia, em data de 25/11/97, conforme consta do A.R. anexado à folha 313.

Em data de 19/01/98, o contribuinte faz protocolar "ADITAMENTO A PEDIDO DE REVISÃO DE DECISÃO E REVISÃO DE CÁLCULOS" (fls. 315/319), onde assim coloca:

*"Preliminarmente, pela natureza da matéria, evidencia-se no Auto de Infração a existência de parâmetros equivocados na aplicação de multas sobre os cálculos do principal, gerando valores exorbitantes a serem cobrados, deduzindo-se omissão de receita em função de todo o valor presumivelmente devido, apresentando na maioria dos valores tributados cálculos com índices superiores aos de praxe, o que torna completamente inviável tal recolhimento, caracterizando-se como injustiça fiscal, vislumbrando-se o que preceitua a Legislação vigente.'*

Transcreve doutrinas, cita jurisprudência e conclui seu arrazoado com os seguintes termos:

*"A complexidade do levantamento efetuado pelo fisco impede pela exiguidade do tempo, a apresentação de dados, registros e lançamentos, visto que o contador no momento, não dispõe de todos os elementos para a entrega da documentação referida pois trata-se de documentação supletiva e independe da simples vontade do contribuinte, conforme preceitua o art. 17 do Decreto 70.235/72.*

*Deste modo e face do que foi exposto e, ainda, de tudo mais já requerido, o autor do presente requer:*

*a) Revisão do principal e das multas que incidiram sobre o fato gerador, visto serem exacerbadas e sem propósito, uma vez que o valor cobrado caracteriza-se como vício resultante de erro, em flagrante contrariedade aos*

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo Nº. :10320.001232/96-13  
Acórdão Nº. :105-12.913

*princípios constitucionais da "proporcionalidade razoável: e "da Capacidade Contributiva"."*

A Seção de Arrecadação da DRF de São Luiz – MA, amparada pelo artigo 32 da Medida Provisória nº 1.621, de 12/12/97, através de documento anexado a folha 320, informa ao contribuinte que o recurso apresentado somente terá seguimento, mediante a apresentação do depósito de 30% da exigência fiscal, concedendo um prazo de 30 dias para as providências.

Em resposta, o contribuinte diz não proceder a exigência, visto que seu recurso voluntário refere-se a pedido para revisão de cálculos cobrados indevidamente.

A Seção de Arrecadação da DRF em São Luiz – MA, constatando que o contribuinte foi intimado em data de 25/11/97, antes portando da edição da Medida Provisória nº 1.621 de 12/12/97, propõe a manifestação da SASIT/DRF/SLS/MA

A SASIT/DRF/São Luiz, em despacho a folha 326, registra que não cabe pedido de reconsideração de decisão de primeira instância, conforme art. 36 do Decreto 70.235/72, sendo que qualquer manifestação de inconformismo deve ser dirigida ao Conselho de Contribuintes.

Em atendimento à Sentença nº 504/98, proferida em atenção a Mandado de Segurança, determinando que o recurso interposto pela impetrante seja apreciado pela instância administrativa superior, sem a exigência de depósito prévio (fls. 340/344), o presente processo é encaminhado ao Primeiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

É o relatório.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo Nº. :10320.001232/96-13  
Acórdão Nº. :105-12.913

**V O T O**

**CONSELHEIRO NILTON PÊSS, RELATOR**

Da decisão proferida pela autoridade julgadora em primeira instância, o recorrente tomou ciência, recebendo cópia, em data de 25 de novembro de 1997, conforme consta do Aviso de Recebimento (A.R.), anexado à folha 313.

Em data de 19 de janeiro de 1998, faz protocolar documento que nomina como "**ADITAMENTO A PEDIDO DE REVISÃO DE DECISÃO E REVISÃO DE CÁLCULOS**" (fls. 315/319).

Intimado (indevidamente) a providenciar "*depósito de valor correspondente a, no mínimo, trinta por cento da exigência fiscal definida na decisão*", informa que o recurso voluntário apresentado, trata-se de "*um requerimento para revisão de cálculos cobrados indevidamente, dadas a existência de parâmetros equivocados na aplicação das multas sobre os cálculos do valor principal*".

Pede seja reconsiderado o recurso voluntário interposto ao Conselho de Contribuintes, bem como seja feita a revisão de cálculo.

A Seção de Tributação da DRF em São Luiz – MA, chamada a se pronunciar, registra que não cabe pedido de reconsideração de decisão de primeira instância e que qualquer manifestação de inconformismo com relação a mesma, deve ser dirigida ao colegiado hierarquicamente superior, a saber: Conselho de Contribuintes.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo Nº. :10320.001232/96-13  
Acórdão Nº. :105-12.913

Mesmo dispensado da exigência do depósito para garantia de instância, o contribuinte interpôs MANDADO DE SEGURANÇA, obtendo SENTENÇA favorável, para que o recurso voluntário interposto fosse apreciado pela instância administrativa superior.

Correto o entendimento manifestado pela Delegacia da Receita Federal em São Luiz – MA, pois a manifestação de inconformismo com relação à decisão proferida pela autoridade julgadora em primeira instância, deve ser apreciada pelo Conselho de Contribuintes.

O Decreto nº 70.235/72, assim prescreve:

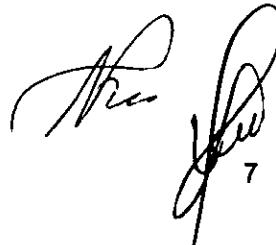
*Art. 5 . Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.*

*Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.*

*Art. 33 - Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à ciência da decisão.*

O contribuinte foi cientificado da decisão de primeira instância no dia 25/11/97, uma, terça feira, portanto, a contagem do prazo se inicia no dia seguinte, 26/11/97, quarta feira, e expira no dia 26/12/97, uma sexta feira, visto que no dia anterior, 25/12/97 ser feriado (Natal).

O contribuinte somente protocolou seu recurso na repartição no dia 19/01/98 (fls. 315), portanto, 25 (vinte e cinco) dias após o vencimento do prazo legalmente previsto.



A handwritten signature in black ink, appearing to read "Hélio". Below the signature is the number "7".

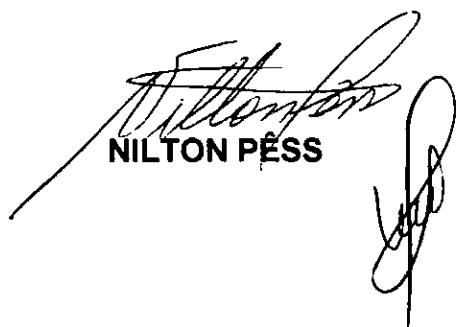
**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo Nº. : 10320.001232/96-13  
Acórdão Nº. : 105-12.913

Desta forma, não tendo o recurso sido apresentado no prazo, entendo que não devo apreciar o mérito do mesmo, porque não foi inaugurada a fase recursória, em respeito, inclusive, a farta jurisprudência deste Conselho.

De todo o exposto, por estar perempto, voto no sentido de não conhecer do recurso voluntário.

Sala das Sessões – em 19 de agosto de 1999.



NILTON PÊSS

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Nilton Pêss". Below the signature, the name "NILTON PÊSS" is printed in a bold, sans-serif font.